



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E SERVIÇOS  
FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

90004/2026

**CONTRATANTE (UASG)**

ACESC (931410)

**OBJETO**

Formação de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, para Aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos/sanitários, vidros/esquadrias, acessórios, madeiras e correlatos, materiais de pintura, estrutural e ferramentas em geral por meio da Tabela SINAPI-PR na sua forma não desonerada em atendimento às demandas da ACESC.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 1.010.000,00

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 14/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA**

[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Maior Desconto / por Grupo

**MODO DE DISPUTA**

Aberto

**PREGOEIRO**

Luiz Gustavo Campos, Designado pela Portaria Administrativa Nº 09/2026 – ACESC

**IMPORTANTE**

Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no Portal da Transparência do Município de Cascavel (<https://cascavel.atende.net>) e disponibilizados também no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## Sumário

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
7.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	17
11.	DOS RECURSOS .....	18
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	19
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	21
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	22



## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026.

(Processo Administrativo nº010/2026)

Torna-se público que a ACESC – Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel, sediada na Rua do Rosário, nº 218, bairro Ciro Nardi, Cascavel, Paraná, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Formação de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, para Aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos/sanitários, vidros/esquadrias, acessórios, madeiras e correlatos, materiais de pintura, estrutural e ferramentas em geral por meio da Tabela SINAPI-PR na sua forma não desonerada em atendimento às demandas da ACESC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **Compras Governamentais** e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas. A licitação será dividida em GRUPOS, formados por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do ANEXO I – Relação de Itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5. Nos grupos 5 a 14 a participação será exclusiva para Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), em conformidade com o art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece o tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte nas contratações públicas.**

3.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e cota principal, será observado:

- a) A contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, devendo a empresa em sua proposta final apresentar o valor igual para as cotas;
- b) Verificado a divergência entre valores e superado o disposto no item 7.12, será a empresa desclassificada na cota de maior valor unitário.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.9.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10. O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.2 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.9.2 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol

de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.15. A vedação de que trata o item 3.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor do item (percentual de desconto);

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pela ACESC e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.3.1. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente via sistema (*chat*).

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do (percentual de desconto).

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance com percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. Empresas brasileiras;

6.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

6.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da ACESC ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Conter vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis;

7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. Erros no preenchimento da proposta/planilha/documentos complementares não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta/planilha/documentos complementares poderá(ão) ser ajustada(s) pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos;

7.13.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro oportunizará até 3 (três) vezes a possibilidade de correção sendo que, não sanados os erros dentro das oportunidades, será desclassificada a empresa.

7.13.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por via digital, desde que passíveis de autenticação.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.20. Documentos com prazo limite para consulta de autenticidade terão sua validade determinada como o período disponível para consulta.

8.20.1. Documentos sem prazo expresso de validade e/ou consulta de autenticidade serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua respectiva data de emissão, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

8.21. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Registrada a intenção de recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar

recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Portal da Transparência do Município de Cascavel (<https://cascavel.atende.net>).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.6.3, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.6.3 e 12.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item

12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.1.1. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

13.2. Os esclarecimentos sobre este Edital somente serão respondidos quando solicitados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação.

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [compras@acesccascavel.com.br](mailto:compras@acesccascavel.com.br), ou protocoladas na Administração da ACESC, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 08h00 às 17h.

13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.7. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores da ACESC não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações ou reivindicações.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou da habilitação, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município de Cascavel (<https://cascavel.atende.net>).

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1. ANEXO I – Relação de Itens;

14.12.2. ANEXO II – Termo de Referência;

14.12.3. ANEXO III – Estudos Preliminares;

- 14.12.4. ANEXO IV – Mapa comparativo de preços;
- 14.12.5. ANEXO V - Modelo de proposta;
- 14.12.6. ANEXO VI - Minuta de Ata de Registro de Preços;

Cascavel, 29 de abril de 2026.

**Romulo Quintino**  
Superintendente da ACESC

**Odejalma de Moura Cordeiro**  
Diretor Administrativo

Elaborador do edital:

**Luiz Gustavo Campos**  
Matrícula nº 26.556-0

## ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS

PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO 1% (um por cento)

## LOTES PARA PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA

Item	Descrição do Objeto	Unid	Qtde. Solic.	Vir. Máximo Unit.	Vir. Máximo Total
<b>GRUPO 01</b>					
01	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - MATERIAIS DE <b>ALVENARIA</b> : REGISTRA O VALOR DE ADITIVOS IMPERMEABILIZANTES, MASSA PRONTA, CIMENTO, BLOCOS, TIJOLOS, AREIA, BRITA, ARGAMASSA, DUTOS, CORRUGADOS, CAL E AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	262.500	R\$ 1,00	R\$ 262.500,00
VALOR TOTAL LOTE 01 <b>R\$ 262.500,00 (duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais)</b>					
<b>GRUPO 02</b>					
02	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>ELÉTRICO</b> : REGISTRA O VALOR DE BARRAS DE CONDUITE, BUCHAS PARA FIXAÇÃO, BOCAIS, CABOS FLEXÍVEIS, CABOS PP, CAIXAS DE TOMADA, CALHAS, CHUVEIROS, CHAVES DE LIGAÇÃO, DJUNTORES BIPOLAR E TRIPOLAR, DJUNTORES, FITAS ISOLANTES, INTERRUPTORES, LÂMPADAS, PLAFON, PLUG, QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SOQUETE, SPOT, TOMADA, CONECTORES, REATORES, TORNEIRA ELÉTRICA E AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	75.000	R\$ 1,00	R\$ 75.000,00
VALOR TOTAL LOTE 02 <b>R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)</b>					
<b>GRUPO 03</b>					
03	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>PINTURA</b> : REGISTRA O VALOR DE TINTAS, MASSAS, IMPERMEABILIZANTES, SOLVENTES, REMOVEDORES E FUNDOS, SELADORES, VERNIZES, SILICONES, ADESIVOS E COLAS, PINCÉIS, ROLOS E AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA)	UND	150.000	R\$ 1,00	R\$ 150.000,00
VALOR TOTAL LOTE 03 <b>R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)</b>					

GRUPO 04					
04	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>ESQUADRIAS, VIDROS E PORTAS</b> : REGISTRA O VALOR DE VIDROS TEMPERADO, ACRÍLICOS, PORTA EXTERNA/INTERNA, CAIXAS PARA PORTA, JANELAS E PORTAS DE MADEIRA, JANELAS E PORTAS DE ALUMÍNIO, E AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA)	UND	75.000	R\$ 1,00	R\$ 75.000,00
VALOR TOTAL LOTE 04 <b>R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)</b>					

**LOTES/COTA 25% PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP**

Item	Descrição do Objeto	Unid	Qtde. Solic.	Vir. Máximo Unit.	Vir. Máximo Total
GRUPO 05					
05	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO</b> : REGISTRA O VALOR DE ARGAMASSAS, AZULEIJOS, CANTONEIRAS MOLDURA PARA FORRO PVC, PISOS CERÂMICOS, PORCELANATOS, MÁRMORES, PARQUET, DIVISÓRIAS, GRANITO, RODAPÉ, REAJUNTE, SEPARADOS, PORTA EXTERNA/INTERNA, FORRO EM PVC AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	50.000	R\$ 1,00	R\$ 50.000,00
VALOR TOTAL LOTE 05 <b>R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)</b>					
GRUPO 06					
06	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>ESTRUTURAL</b> : REGISTRA O VALOR DE ARAMES, CANTONEIRAS, COLUNAS DE AÇO, COLUNAS TRELIÇAS, VERGALHÃO, GRAMPOS, HASTES, TELAS ALAMBRADOS, TELAS MALHAS, TELAS SOLDADAS AÇO CA -25, AÇO CA-50, BARRAS DE FERRO RETANGULAR, PERFIL LAMINADO, RUFOS TUBO DE AÇO, VIGAS U, TUBOS REDONDOS E AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	30.000	R\$ 1,00	R\$ 30.000,00
VALOR TOTAL LOTE 06 <b>R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)</b>					

GRUPO 07					
07	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>MADEIRAS</b> : REGISTRA O VALOR DE ASSOALHOS, BARROTES, CAIBROS, PALANQUES, TÁBUAS, TERÇAS, PRANCHAS, TORAS, VARAS, ESTACAS, CHAPAS COMPENSADO E AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ,NÃO DESONERADA)	UND	50.000	R\$ 1,00	R\$ 50.000,00
VALOR TOTAL LOTE 07 <b>R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)</b>					
GRUPO 08					
08	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>COBERTURA</b> : REGISTRA O VALOR DE CUMEEIRAS, TELHAS DE VARIADOS TIPOS E MODELOS E AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	40.000	R\$ 1,00	R\$ 40.000,00
VALOR TOTAL LOTE 08 <b>R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)</b>					
GRUPO 09					
09	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>HIDRÁULICO E HIDROSSANITÁRIO</b> : REGISTRA O VALOR DE TUBOS E CONEXÕES, APARELHOS E METAIS, CAIXAS E RALOS, REGISTROS E VÁLVULAS, LOUÇAS, TORNEIRAS, CHUVEIROS, VASOS SANITÁRIOS E RESERVATÓRIOS, E DEMAIS ACESSÓRIOS, COMPLEMENTOS E AFINS. (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	30.000	R\$ 1,00	R\$ 30.000,00
VALOR TOTAL LOTE 09 <b>R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)</b>					
GRUPO 10					
10	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>FERRAGENS/FERRAMENTAS</b> : REGISTRA O VALOR DE DOBRADIÇAS, FECHADURAS, TRANCAS, PREGOS, PARAFUSOS, SUPORTE, GANCHOS, E DEMAIS ACESSÓRIOS COMPLEMENTOS, MARTELO DEMOLIDOR,JOGO SERRA COPO, TRENA, NÍVEL DE ALÚMINIO, ALICATE PROFISSIONAL, ALICATE DE CRIMPAR, RISCADOR DE FORMICA, DESEMPENADEIRA DE MADEIRA, CORTADEIRA DE PISO DE CONCRETO, LIXADEIRA ELÉTRICA, CHUMBADOR, RÉGUA DE ALUMÍNIO PARA PEDREIRO, DISCO DE CORTE, LÁPIS DE CARPINTEIRO, TRINCHA, CARRINHO DE MÃO E AFINS. (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	60.000	R\$ 1,00	R\$ 60.000,00
VALOR TOTAL LOTE 10 <b>R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)</b>					

GRUPO 11					
11	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - MATERIAIS DE <b>ALVENARIA</b> : REGISTRA O VALOR DE ADITIVOS IMPERMEABILIZANTES, MASSA PRONTA, CIMENTO, BLOCOS, TIJOLOS, AREIA, BRITA, ARGAMASSA, DUTOS, CORRUGADOS, CAL E AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	87.500	R\$ 1,00	R\$ 87.500,00
VALOR TOTAL LOTE 11 <b>R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais)</b>					
GRUPO 12					
12	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>ELÉTRICO</b> : REGISTRA O VALOR DE BARRAS DE CONDUITE, BUCHAS PARA FIXAÇÃO, BOCAIS, CABOS FLEXÍVEIS, CABOS PP, CAIXAS DE TOMADA, CALHAS, CHUVEIROS, CHAVES DE LIGAÇÃO, DJUNTORES BIPOLAR E TRIPOLAR, DJUNTORES, FITAS ISOLANTES, INTERRUPTORES, LÂMPADAS, PLAFON, PLUG, QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SOQUETE, SPOT, TOMADA, CONECTORES, REATORES, TORNEIRA ELÉTRICA E AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	25.000	R\$ 1,00	R\$ 25.000,00
VALOR TOTAL LOTE 12 <b>R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)</b>					
GRUPO 13					
13	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>PINTURA</b> : REGISTRA O VALOR DE TINTAS, MASSAS, IMPERMEABILIZANTES, SOLVENTES, REMOVEDORES E FUNDOS, SELADORES, VERNIZES, SILICONES, ADESIVOS E COLAS, PINCÉIS, ROLOS E AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA)	UND	50.000	R\$ 1,00	R\$ 50.000,00
VALOR TOTAL LOTE 13 <b>R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)</b>					
GRUPO 14					
14	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - <b>ESQUADRIAS, VIDROS E PORTAS</b> : REGISTRA O VALOR DE VIDROS TEMPERADO, ACRÍLICOS, PORTA EXTERNA/INTERNA, CAIXAS PARA PORTA, JANELAS E PORTAS DE MADEIRA, JANELAS E PORTAS DE ALUMÍNIO, E AFINS; (BASEADO NA TABELA SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA)	UND	25.000	R\$ 1,00	R\$ 25.000,00
VALOR TOTAL LOTE 14 <b>R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)</b>					



**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. Formação de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, para Aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos/sanitários, vidros/esquadrias, acessórios, madeiras e correlatos, materiais de pintura, estrutural e ferramentas em geral por meio da Tabela SINAPI-PR na sua forma não desonerada em atendimento às demandas da ACESC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

**1.2. Quadro com as devidas especificações e quantitativos a serem licitados:**

ITEM	CCÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR ESTIMATIVO	(%) MÍNIMO DE DESCONTO	(%) DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI /PR NÃO DESONERADA
<b>GRUPO 01 - [CATEGORIA MATERIAIS DE ALVENARIA]</b>						
1	556405	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - MATERIAIS DE ALVENARIA: Registra o valor de aditivos - impermeabilizantes, massa pronta, cimento, blocos, tijolos, areia, brita, argamassa, dutos, corrugados, cal e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UNIDADE	R\$ 350.000,00	1%	MAIOR (%) DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI /PR NÃO DESONERADA (CATEGORIA MATERIAIS DE ALVENARIA)
<b>GRUPO 02 - [CATEGORIA MATERIAIS ELÉTRICOS]</b>						
2	556406	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - ELÉTRICO: Registra o valor de barras de conduíte, buchas para fixação, bocais, cabos flexíveis, cabos PP, caixas de tomada, calhas, chuveiros, chaves de ligação, dutores bipolar e tripolar, dutores, fitas isolantes, interruptores, lâmpadas, plafon, plug, quadro de distribuição, soquete, spot, tomada, conectores, reatores, torneira elétrica e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UNIDADE	R\$ 100.000,00	1%	MAIOR (%) DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI /PR NÃO DESONERADA (CATEGORIA MATERIAIS ELÉTRICOS)
<b>GRUPO 03 - [CATEGORIA MATERIAIS DE PINTURA]</b>						
3	556410	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - PINTURA: Registra o valor de tintas, massas, impermeabilizantes, solventes, removedores e fundos, seladores, vernizes, silicones, adesivos e colas, pincéis, rolos e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA)	UNIDADE	R\$ 200.000,00	1%	MAIOR (%) DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI /PR NÃO DESONERADA (CATEGORIA MATERIAIS DE PINTURA)
<b>GRUPO 04 - [CATEGORIA VIDROS, ESQUADRIAS E PORTAS]</b>						
4	556412	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - ESQUADRIAS, VIDROS E PORTAS: Registra o valor de vidros temperado, acrílicos, porta externa/interna, caixas para porta, janelas e portas de madeira, janelas e portas de alumínio, e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA)	UNIDADE	R\$ 100.000,00	1%	MAIOR (%) DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI /PR NÃO DESONERADA (CATEGORIA MATERIAIS DE ESQUADRIAS, VIDROS E PORTAS)
<b>GRUPO 05 - [CATEGORIA ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO]</b>						

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Lei 14.133/21  
Atualização: 15/01/2024

Página 1 / 20



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

5	556409	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO:</b> Registra o valor de argamassas, azulejos, cantoneiras moldura para forro PVC, pisos cerâmicos, porcelanatos, mármore, parquet, divisórias, granito, rodapé, rejunite, separados, porta externa/interna, forro em PVC afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UNIDADE	R\$ 50.000,00	1%	<b>MAIOR (%) DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI /PR NÃO DESONERADA (CATEGORIA MATERIAIS DE ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO)</b>
<b>GRUPO 06 - [CATEGORIA MATERIAIS ESTRUTURAIS]</b>						
6	556407	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - ESTRUTURAL:</b> Registra o valor de arames, cantoneiras, colunas de aço, colunas treliças, vergalhão, grampos, hastes, telas alambreadas, telas malhas, telas soldadas aço CA-25, aço CA-50, barras de ferro retangular, perfil laminado, rufos tubo de aço, vigas U, tubos redondos e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UNIDADE	R\$ 30.000,00	1%	<b>MAIOR (%) DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI /PR NÃO DESONERADA (CATEGORIA MATERIAIS ESTRUTURAIS)</b>
<b>GRUPO 07 - [CATEGORIA MADEIRAS]</b>						
7	556411	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - MADEIRAS:</b> Registra o valor de assoalhos, barrotes, caibros, palanques, tábuas, terças, pranchas, toras, varas, estacas, chapas compensado e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UNIDADE	R\$ 50.000,00	1%	<b>MAIOR (%) DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI /PR NÃO DESONERADA (CATEGORIA MATERIAIS DE MADEIRA)</b>
<b>GRUPO 08 - [CATEGORIA MATERIAIS COBERTURA]</b>						
8	556408	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - COBERTURA:</b> Registra o valor de cumeeiras, telhas de variados tipos e modelos e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UNIDADE	R\$ 40.000,00	1%	<b>MAIOR (%) DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI /PR NÃO DESONERADA (CATEGORIA MATERIAIS DE COBERTURA)</b>
<b>GRUPO 09 - [CATEGORIA MATERIAS HIDRÁULICOS E HIDROSANITÁRIOS]</b>						
9	556413	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - HIDRÁULICO E HIDROSSANITÁRIO:</b> Registra o valor de tubos e conexões, aparelhos e metais, caixas e ralos, registros e válvulas, louças, torneiras, chuveiros, vasos sanitários e reservatórios, e demais acessórios, complementos e afins. (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UNIDADE	R\$ 30.000,00	1%	<b>MAIOR (%) DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI /PR NÃO DESONERADA (CATEGORIA MATERIAIS HIDRÁULICOS E HIDROSANITÁRIOS)</b>
<b>GRUPO 10 - [CATEGORIA FERRAGENS E FERRAMENTAS]</b>						
10	556414	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - FERRAGENS/FERRAMENTAS:</b> Registra o valor de dobradiças, fechaduras, trancas, pregos, parafusos, suporte, ganchos, e demais acessórios complementos, martelo demolidor, jogo serra copo, trena, nível de alumínio, alicate profissional, alicate de crimpar, riscador de formica, desempenadeira de madeira, cortadeira de piso de concreto, lixadeira elétrica, chumbador, régua de alumínio para pedreiro, disco de corte, lápis de carpinteiro, trincha, carrinho de mão e afins. (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UNIDADE	R\$ 60.000,00	1%	<b>MAIOR (%) DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI /PR NÃO DESONERADA (CATEGORIA MATERIAIS DE FERRAGENS/ FERRAMENTAS)</b>

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Lei 14.133/21  
Atualização: 15/01/2024

Página 21/26



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 17.634, de 27 de junho de 2023.

1.5. Os valores de referência e respectivos códigos dos itens estão discriminados na última atualização da tabela SINAPI/PR (NÃO DESONERADA) na data da emissão da ordem de compra.

1.5.1. Deverá ser aplicado o índice de desconto obtido na presente contratação nos materiais da tabela SINAPI/PR, atualizada mensalmente para a cidade de Curitiba.

1.6. A presente contratação adotará como critério de julgamento o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** a ser aplicado sobre o **valor total do GRUPO**.

1.6.1. O **percentual de desconto mínimo** será de **1% (um por cento)**, conforme disposto no quadro do item 1.2. deste Termo de Referência.

1.6.2. O desconto ofertado **deverá** ser aplicado de forma integral, não sendo permitida a discriminação ou exclusão do mesmo em relação a qualquer parte do objeto.

1.7. As informações da referida Tabela SINAPI são públicas e podem ser acessadas no seguinte endereço: [https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria\\_655](https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_655).

1.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.10. A cotação mínima para a contratação em questão corresponderá ao quantitativo total previsto para os itens, não sendo admitida a cotação de quantidades parciais.

1.11. A descrição dos itens a serem contratados, as quantidades e valores serão informados na Requisição ao Compras

1.12.

1.13. A Ata não poderá ser prorrogada quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município de Cascavel - PR.

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Lei 14.133/21  
Atualização: 15/01/2024

Página 3 | 20



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**SUSTENTABILIDADE:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme a Lei de Licitação n.º 14.133/21:

4.1.1. A CONTRATADA deverá seguir parâmetros sustentáveis minimizando o impacto de suas ações, promovendo a eficiência energética, incentivando a produção e o consumo responsáveis, bem como fomentar a inclusão social. Vale salientar que as contratações públicas devem se atentar para as quatro dimensões da sustentabilidade, sendo elas: social, econômica, cultural e ambiental;

**DA VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO**

4.2. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca, desde que o produto atenda todas as especificações contidas na descrição do objeto.

**DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

4.3. Não há necessidade de apresentação de amostra.

**SUBCONTRATAÇÃO**

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação por se tratar de Sistema de Registro de Preços.

**DEMAIS DISPOSIÇÕES**

4.6. **Detalhamento das especificações:**

4.6.1. Entende-se para o **GRUPO 01 - MATERIAIS DE ALVENARIA**: Aditivos impermeabilizantes, massa pronta, blocos, tijolos, areia, brita, argamassa, dutos, corrugados, cal, cimento e **afins**.



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

4.6.2. Entende-se para o **GRUPO 02 - MATERIAIS ELÉTRICOS**: Barra de conduíte, buchas para fixação, bocais, cabos flexíveis, cabos PP, caixa de tomada, calhas, chuveiros, chaves de ligação, disjuntores bipolar e tripolar, disjuntores, fitas isolantes, interruptores, lâmpadas, plafon, plug, quadro de distribuição, soquete, spot, tomada, conectores, reatores, torneira elétrica e **afins**.

4.6.3. Entende-se para o **GRUPO 03 - MATERIAIS ESTRUTURAIS**: Arames, cantoneiras, colunas de aço, colunas treliças, vergalhão, grampos, hastes, telas alamedas, telas malhas, telas soldadas aço CA-25, aço CA-50, barras de ferro retangular, perfil laminado, rufos tubo de aço, vigas U, tubos redondos e **afins**.

4.6.4. Entende-se para o **GRUPO 04 - MATERIAIS COBERTURA**: Cumeeiras, telhas de variados tipos e modelos e **afins**.

4.6.5. Entende-se para o **GRUPO 05 - MATERIAIS DE ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO**: Argamassas, azuleijos, cantoneiras, molduras para forro PVC, pisos cerâmicos, porcelanatos, mármore, parquet, divisórias, granito, rodapé, rejunite, porta externa/interna, forro em PVC e **afins**.

4.6.6. Entende-se para o **GRUPO 06 - MATERIAIS DE PINTURA**: Tintas, massas, impermeabilizantes, solventes, removedores e fundos, seladores, vernizes, silicones, adesivos e colas, pincéis, rolos e **afins**.

4.6.6.1. Para o **GRUPO 06** o fornecedor deverá observar o disposto na **ABNT 13245** - Tintas para construção civil - Execução de pinturas em edificações não industriais - Preparação de superfície.

4.6.6.2. O fornecedor deverá atentar-se para o Manual de Aplicação, Uso, Limpeza e Manutenção de Tintas Imobiliárias.

4.6.6.3. Assim, para o **GRUPO 06** - Material de Pintura, para as tintas e insumos similares deverão atender a **NBR 11702** e possuir o **selo ABRAFATI** - Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas.

4.6.7. Entende-se para o **GRUPO 07 - MATERIAS DE MADEIRA**: Assoalhos, barrotes, caibros, palanques, tábuas, terças, pranchas, toras, varas, estacas, chapas compensado e **afins**.

4.6.8. Entende-se para o **GRUPO 08 - VIDROS, ESQUADRIAS E PORTAS**: Vidros temperado, acrílicos, porta externa/interna, caixas para porta, janela de madeiras, janela de alumínio e **afins**.

4.6.9. Entende-se para o **GRUPO 09 - MATERIAIS HIDRÁULICOS E HIDROSANITÁRIOS**: Tubos e conexões, aparelhos e metais, caixas e ralos, registros e válvulas, louças, torneiras, chuveiros, vasos sanitários e reservatórios, demais acessórios complementos e **afins**.



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

4.6.10. Entende-se para o **GRUPO 10 – FERRAGENS E FERRAMENTAS**: Dobradiças, fechaduras, trancas, pregos, parafusos, suporte, ganchos e demais acessórios complementos, martelo demolidor, jogo serra copo, trena, nível de alumínio, alicate profissional, alicate de crimpar, riscador de formica, desempenadeira de madeira, cortadeira, de piso de concreto, lixadeira elétrica, chumbador, régua de alumínio para pedreiro, disco de corte, lápis de carpinteiro, trincha, carrinho de mão, ponteiro aço liso, balde 10L (SINAPI), espátula lisa, desempenadeira de aço, lixadeira elétrica angular e afins.

4.7. Vale salientar que o detalhamento dos itens de cada grupo é meramente **exemplificativo**, ou seja, a contratação **não** ficará restrita apenas aos itens dispostos em tal detalhamento. Nesse sentido, serão abarcados todos os produtos que estiverem elencados na referida Planilha de insumos (SINAPI/PR) atualizada.

4.8. A (s) CONTRATADA (s) ficará (ão) submetida (s) em fornecer os materiais de consumo para manutenção predial, bem como demais itens conforme detalhamento contido em requisição que será emitida pela área técnica requisitante.

4.9. Na execução da Ata de Registro de Preços o percentual de desconto será aplicado sobre a Tabela SINAPI/PR atualizada, ou seja, a última publicada oficialmente:

4.9.1. A Tabela SINAPI poderá ser acessada no site oficial da Caixa Econômica Federal, por meio do endereço eletrônico:

<http://www.caixa.gov.br/poderpublico/apoiopoderpublico/sinapi/Paginas/default.aspx>;

4.10. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade, incluindo entrega que deverá ser realizada no município, sem acréscimos. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

4.11. Os materiais/produtos a serem fornecidos deverão ser novos e sem utilização anterior, originais e de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam sua usabilidade e deverá atender rigorosamente às prescrições estabelecidas.

4.12. A CONTRATADA tem a responsabilização pelo transporte, entrega, carregamento, descarregamento do (s) itens objetos deste instrumento no (s) local (is) a ser (em) designado (s) por servidor representante da CONTRATANTE.

4.13. A responsabilização pelo transporte, entrega, carregamento, descarregamento do (s) itens objetos deste instrumento no (s) local (is) a ser designado (s) será da CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

4.14. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, quando for o caso, de forma que não sejam danificados durante as operações de transporte e descarga no local de entrega.



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

4.15. Os itens cotados deverão ser de primeira qualidade, novos e estar rigorosamente de acordo com as especificações exigidas, obedecendo necessariamente às normas estabelecidas pelo órgão fiscalizador competente, e atender eficazmente finalidade que dele naturalmente se espera.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 dias, contados da data do pedido dos itens e aprovação de orçamento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. As entregas deverão ser realizadas nos locais previamente determinados pela autarquia, que poderão ser entregues nas Capelas Mortuárias, Setor Administrativo, Setor de Plantão e todos os Cemitérios Municipais de Cascavel, inclusive nos Cemitérios localizados nos Distritos deste Município.

5.3.1. Segue abaixo o endereço dos locais dentro do perímetro urbano que serão entregues os objetos:

LOCALIDADE:	ENDEREÇO:
Cemitério Central	Rua do Rosário, nº 219, Bairro Ciro Nardi, Cascavel/PR
Cemitério Cristo Redentor	Rua do Trevo, nº 730, Bairro Guarujá, Cascavel/PR
Cemitério Jardim Da Saudade	Av. Gralha Azul, nº 730, Bairro Guarujá, Cascavel/PR
Cemitério São Luiz	Rua Guaraniaçu, nº 1919, Bairro São Cristovão, Cascavel/PR
Plantão Da ACESC	Rua do Rosário, nº 218, Bairro Ciro Nardi, Cascavel/PR
Administração Da ACESC	Rua do Rosário, nº 218, Bairro Ciro Nardi, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Floresta	Rua Curió c/ Cisne Branco, nº 16305, Bairro Floresta, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Interlagos	Rua Indianapolis, nº 593, Bairro Interlagos, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Jardim União	Rua Andrea Galafassi, nº 449, Bairro Jardim União, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Santa Cruz	Rua Apalais, nº 865, Bairro Santa Cruz, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Floresta	Rua Uruguaiana, nº 4881, Bairro Canada, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Cascavel Velho	Rua França, nº 702, Bairro Cascavel Velho, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Santos Dumont	Rua Cumbica c/ Maria Luiza Saraiva, Santos Dumont, Cascavel/PR

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Lei 14.133/21  
Atualização: 15/01/2024

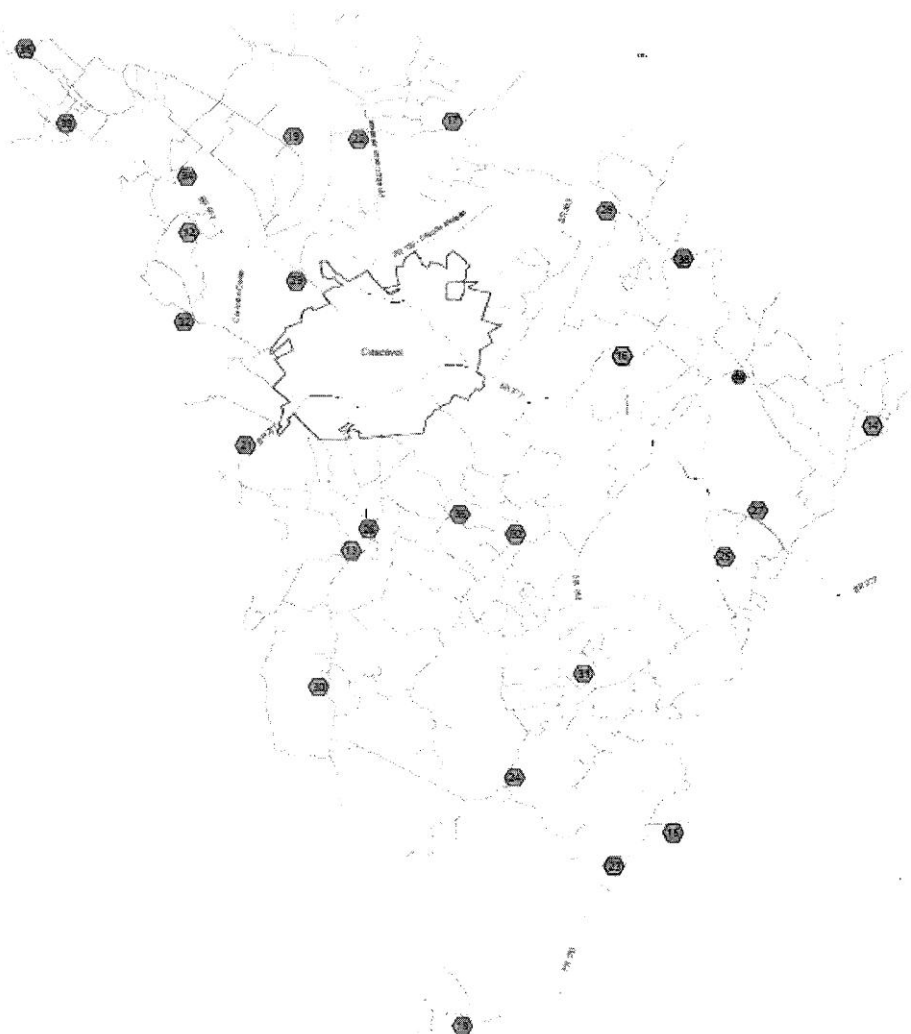
Página 7 | 20



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

Capela Mortuária Distrito de Rio do Salto	Rua das Flores, nº 1370, Distrito do Rio do Salto
Capela Mortuária Distrito Juvinópolis	Av. Paulista, nº 652, Distrito de Juvinópolis
Capela Mortuária Distrito São João	Rua da Paz, s/n, Distrito de São João
Capela Mortuária Distrito Sede Alvorada	Rua Alberto Mollmann, s/n, Distrito de Sede Alvorada

5.3.2. Segue abaixo o mapa dos 28 Cemitérios localizados fora do perímetro urbano de Cascavel:



Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Lei 14.133/21  
Atualização: 15/01/2024

Página 8 | 20



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

5.4. Vale salientar que os materiais, objetos desta contratação **PODERÃO SER FORNECIDOS NO BALCÃO DA EMPRESA, QUANDO ESTA ESTIVER LOCALIZADA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, E OU EM LOCAL PREVIAMENTE DETERMINADO NA NOTA DE EMPENHO, QUANDO LOCALIZADA NA MICRORREGIÃO DO MUNICÍPIO**, de forma parcelada e eventual conforme necessidade, para servidores municipais devidamente identificados.

#### **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS**

5.5. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.5.1. A CONTRATANTE deverá enviar à CONTRATADA uma lista com a discriminação de todos os materiais e suas respectivas marcas que se pretendem adquirir.

5.5.2. Para fins de emissão das notas de empenho dos materiais adquiridos por meio da SINAPI/PR, deverá ser aplicado o percentual de desconto firmado na (s) respectiva (s) Ata (s) de registro de preços sobre o custo atualizado MENSALMENTE para o Estado do Paraná dos materiais relacionados na Tabela **SINAPI-PR**.

5.5.3. Após receber o rol de itens, a CONTRATADA deverá encaminhar, no prazo de até 02 (dois) dias corridos, orçamentos detalhados dos materiais solicitados, discriminando o valor segundo a tabela vigente e detalhando o percentual de desconto.

5.5.4. Após análise e aprovação do solicitante, o prazo para entrega dos itens é **até 03 (três) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no endereço indicado pelo órgão solicitante.

5.5.5. **Em caráter de urgência justificada, os itens deverão ser entregues no prazo de até 02 (dois) dias corridos.**

5.5.5.1. O prazo de entrega dos bens que trata o item anterior poderá ser reduzido de acordo com o interesse público devidamente justificado pela autoridade competente. Vale salientar que devido a intempéries em meses específicos ou em casos fortuitos e/ou força maior poderá haver a necessidade de entrega em caráter emergencial a fim de dirimir eventuais desabastecimentos.

5.5.6. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a entrega e o descarregamento das mercadorias no local determinado pelo CONTRATANTE.

5.5.7. Todo material, quando necessário, deverá ser entregue em embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos, desde o fornecedor até a entrega efetiva dos itens.

5.5.8. Os materiais ofertados deverão ser de primeira linha, sendo que a CONTRATANTE poderá solicitar documentos que atestem a qualidade dos materiais, ou ainda não receber nenhum material caso se verifique alguma divergência na qualidade do produto.

Página 9 | 20



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

5.5.9. A CONTRATANTE deverá determinar à CONTRATADA a substituição de materiais que não atendam às especificações necessárias, sejam por má qualidade ou que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, processo esse que deverá ocorrer em 02 (dois) dias corridos após a solicitação, e totalmente às custas da CONTRATADA.

5.5.10. É de responsabilidade da CONTRATADA providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

5.5.11. A contratação dos produtos e execução dos serviços deverá ocorrer na vigência da Ata de Registro de Preços, mediante demanda das unidades administradas pela ACESC.

5.5.12. Os serviços de entrega serão prestados nos endereços indicados pela ACESC no momento da Ordem de Compra ou documento equivalente, podendo ser no perímetro urbano ou rural do Município e seus distritos, conforme endereço constante no item 5.3.1 e 5.3.2 deste termo.

5.5.13. Os serviços de entrega serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou, conforme tratado com o responsável pelo pedido do material.

#### **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Lei 14.133/21  
Atualização: 15/01/2024

Página 10 | 20



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

## **GESTOR DO CONTRATO**

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **RECEBIMENTO**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Lei 14.133/21  
Atualização: 15/01/2024

Página 12 | 20



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **LIQUIDAÇÃO**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. O prazo de validade;

7.10.2. A data da emissão;

7.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

7.10.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. O valor a pagar; e

7.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018 - SICAF).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **PRAZO DE PAGAMENTO**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Página 14 | 20



ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL  
Setor de Compras

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

#### FORMA DE PAGAMENTO

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

#### FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR GRUPO**.

#### PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

8.2. O prazo de validade das propostas é de **90 (noventa) dias**, contados de seu recebimento.

#### FORMA DE FORNECIMENTO

8.3. O fornecimento do objeto será **parcelado**, conforme demanda das unidades administradas pela ACESC.

#### REGIME DE EXECUÇÃO

8.4. O regime de execução adotado será a **Empreitada por Preço Unitário**.



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

### EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.7. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.14. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.15. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Lei 14.133/21  
Atualização: 15/01/2024

Página 16 | 20



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.17. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

8.18. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.19. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

8.20. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão expedida pela referida fazenda pública, ou outra equivalente na forma da lei;

8.23. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.26. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

- 8.27. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 8.28. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.29. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
- 8.30. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
- 8.31. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.
- 8.32. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 8.33. **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 8.34. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.34.1. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor;
- 8.34.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Página 18 | 20



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

## QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.35. Não será solicitado comprovação de qualificação técnica para participação deste processo de contratação.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.010.000,00** (um milhão e dez mil reais), conforme requisição em anexo.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da ACESC.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Unidade: 1 – Acesc – Adm. Cemitérios Serv. Funerários.

II) Ação: 2092 – Manutenção das atividades da Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel.

III) Dotação: 1035

IV) Elemento de Despesa: 33390302400000000000 – Material para manutenção de bens imóveis.

V) Fonte de recursos/vínculo: 76 – Recursos gerados pela ACESC.

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Lei 14.133/21  
Atualização: 15/01/2024

Página 19 | 20



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

**11. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

11.1. Considerando a natureza do objeto não há necessidade de classificá-lo como sigiloso, nos termos da lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

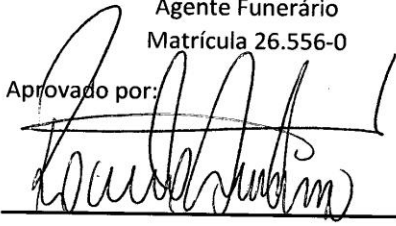
Cascavel, 24 de abril de 2026.

Elaborado por:

Gestor do contrato:

  
**Luiz Gustavo Campos**

  
**Luiz Gustavo Campos**

Agente Funerário  
Matrícula 26.556-0  
Aprovado por:  
  
**Romulo Quintino**  
Superintendente da ACESC

Agente Funerário  
Matrícula 26.556-0  
Fiscal do contrato:  
  
**José Daniel Huf**  
Agente Administrativo  
Matrícula 37.230-1

**ANEXO III – ESTUDOS PRELIMINARES**



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade apresentar os elementos necessários para subsidiar a contratação destinada à Aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos/sanitários, vidros/esquadrias, acessórios, madeiras e correlatos, materiais de pintura, estrutural e ferramentas em geral por meio da Tabela SINAPI-PR na sua forma não desonerada em atendimento às demandas da ACESC. A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, assegurando atendimento contínuo e padronizado às demandas dos diversos setores da autarquia.

## 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de materiais de construção com referência na Tabela SINAPI não desonerada é imprescindível para garantir a continuidade das atividades de manutenção predial, infraestrutura e pequenos reparos nas unidades da ACESC, assegurando padrões técnicos adequados e observância às normas de engenharia aplicáveis. A adoção da Tabela SINAPI, reconhecida nacionalmente, proporciona parâmetros atualizados e compatíveis com a realidade de mercado, permitindo maior precisão e segurança na estimativa dos custos.

A SINAPI constitui base oficial de preços mantida pela Caixa Econômica Federal e IBGE, com atualização mensal, agregando novos insumos, ajustando valores e eliminando itens descontinuados. Sua utilização atende às exigências da Lei nº 14.133/2021 quanto à necessidade de referenciais técnicos confiáveis, evitando distorções orçamentárias e garantindo transparência. O desconto ofertado pelas empresas será aplicado diretamente sobre os valores da tabela SINAPI/PR não desonerada, assegurando aderência ao mercado e economicidade ao longo da vigência da Ata.

Atualmente, a ACESC possui pregão eletrônico de nº 02/2024 vigente para aquisição de materiais de construção; contudo, diversos itens encontram-se sem saldo disponível, impossibilitando novas aquisições até o término da vigência, prevista apenas para 29/07/2026. Esse cenário impede a continuidade dos serviços de manutenção predial, tornando necessária a instauração de novo processo licitatório para suprimento imediato e contínuo dos materiais essenciais.

Diferentemente do modelo anteriormente utilizado (licitação por menor preço por grupo com preços fixos para cada item listado) a presente contratação adotará o critério de maior percentual de desconto sobre a tabela SINAPI, o que ampliará significativamente a gama de itens disponíveis. Esse modelo evita limitações decorrentes da listagem prévia de itens e permite que qualquer insumo da construção civil constante da SINAPI possa ser adquirido durante a vigência, assegurando maior abrangência e flexibilidade operacional.

Os materiais de construção abrangem insumos fundamentais para manutenção,



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

conservação e reparos prediais, como areia, brita, cimento, argamassas, materiais hidráulicos, elétricos, ferragens, ferramentas diversas, tintas e correlatos. Tais insumos são utilizados para correção de infiltrações, substituição de tubulações, reparos elétricos, manutenção de calçadas e áreas de circulação, conservação de estruturas físicas e atendimento de ocorrências emergenciais nas instalações da autarquia.

A demanda por materiais é diversificada, contínua e de difícil previsão quantitativa, o que inviabiliza a elaboração de listagem exaustiva de todos os insumos necessários durante o período de vigência. A Tabela SINAPI, por sua completude, supre essa necessidade ao disponibilizar ampla variedade de itens, atendendo plenamente às oscilações e particularidades das demandas internas da ACESC.

O uso da Tabela SINAPI também mitiga riscos comuns em processos de aquisição de materiais de construção, tais como:

- Desistências contratuais devido à alta volatilidade dos preços do setor;
- Desabastecimento de itens essenciais;
- Multiplicidade de processos licitatórios para suprimento emergencial;
- Ausência de fornecedores aptos a manter preços fixos por longos períodos.

Como a tabela é atualizada mensalmente, o desconto ofertado permanece aderente ao preço real de mercado, reduzindo significativamente o risco de fracasso, cancelamentos de itens ou desequilíbrio econômico-financeiro.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) garante maior eficiência às aquisições, permitindo compras conforme necessidade real, sem formação de estoques excessivos e sem desperdício de recursos públicos. Além disso, o SRP proporciona agilidade nas reposições, transparência, previsibilidade orçamentária e padronização processual.

Ressalta-se que o BDI não se aplica ao presente objeto, uma vez que o processo refere-se à aquisição de materiais, e não à contratação de serviços ou execução de obras. Assim, o preço contratado será formado exclusivamente pelo valor do insumo constante da Tabela SINAPI, deduzido do desconto ofertado pela empresa vencedora.

A adoção desse modelo não é inovadora no mercado público e já foi utilizada por diversos entes federativos, demonstrando viabilidade, aderência técnica e ampla aceitação comercial. O método é consolidado como alternativa legítima para suprimento de materiais de construção com alta variação de preços e grande variedade de itens.

### **3. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

O objeto da contratação está previsto na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município de Cascavel - PR.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Estudo Técnico Preliminar – Pregão Eletrônico – Modelo elaborado pela Consultoria Jurídica.  
Atualização: 01/04/2024

Página 2 | 14



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos materiais conforme demanda da ACESC, observando rigorosamente a especificação do insumo constante da Tabela SINAPI/PR não desonerada, vigente na data da solicitação. Sobre o valor oficial da tabela deverá ser aplicado o percentual de desconto ofertado na proposta vencedora.

**DA ENTREGA**

A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos materiais conforme demanda da ACESC, observando rigorosamente a especificação do insumo constante da Tabela SINAPI/PR não desonerada, vigente na data da solicitação. Sobre o valor oficial da tabela deverá ser aplicado o percentual de desconto ofertado na proposta vencedora.

As entregas deverão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da emissão da Ordem de Compra, salvo casos excepcionais devidamente justificados pela Administração. Em situações emergenciais, prazos reduzidos poderão ser solicitados.

As entregas deverão ser realizadas em todos os imóveis administrados pela ACESC, incluindo integralmente todas as capelas mortuárias e todos os cemitérios municipais e distritais, conforme a demanda apresentada em cada Ordem de Compra. A CONTRATADA será responsável por efetuar a entrega diretamente nos endereços indicados, garantindo logística adequada, cumprimento dos prazos e fornecimento em perfeitas condições, sem qualquer custo adicional à Administração.

As entregas poderão ocorrer em múltiplos locais dentro do município de Cascavel e em seus distritos, conforme a necessidade operacional dos serviços funerários e cemitieriais. A contratada deverá assegurar transporte, carga e descarga completa dos materiais, respeitando os horários e instruções definidos pela equipe gestora da ACESC. É imprescindível que os materiais sejam entregues de forma organizada, acompanhados da respectiva nota fiscal e plenamente compatíveis com as especificações técnicas solicitadas.

A seguir, apresenta-se a relação das unidades atendidas, que deverão receber os materiais durante toda a vigência contratual:

Localidade	Endereço
Cemitério Dom Mauro (Central)	Rua do Rosário, nº 219, Bairro Ciro Nardi, Cascavel/PR
Cemitério Cristo Redentor	Rua do Trevo, nº 730, Bairro Guarujá, Cascavel/PR
Cemitério Jardim Da Saudade	Av. Galha Azul, nº 730, Bairro Guarujá, Cascavel/PR
Cemitério São Luiz	Rua Guaraniaçu, nº 1919, Bairro São Cristovão, Cascavel/PR
Plantão da ACESC	Rua do Rosário, nº 218, Bairro Ciro Nardi, Cascavel/PR
Administração da ACESC	Rua do Rosário, nº 218, Bairro Ciro Nardi, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Floresta	Rua Curió c/ Cisne Branco, nº 16305, Bairro Floresta,



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

	Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Interlagos	Rua Indianapolis, nº 593, Bairro Interlagos, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Jardim União	Rua Andrea Galafassi, nº 449, Bairro Jardim União, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Santa Cruz	Rua Apalais, nº 865, Bairro Santa Cruz, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Canadá	Rua Uruguaiana, nº 4881, Bairro Canadá, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Cascavel Velho	Rua França, nº 702, Bairro Cascavel Velho, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Santos Dumont	Rua Cumbica c/ Maria Luiza Saraiva, Bairro Santos Dumont, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Alto Alegre	Rua João de Mattos, nº 1217, Bairro Alto Alegre, Cascavel/PR
Capela Mortuária Bairro Morumbi	Rua Serra Negra, nº 1217, Bairro Morumbi, Cascavel/PR
Capela Mortuária Distrito de Rio do Salto	Rua das Flores, nº 1370, Distrito do Rio do Salto
Capela Mortuária Distrito Juvinópolis	Av. Paulista, nº 652, Distrito de Juvinópolis
Capela Mortuária Distrito São João	Rua da Paz, s/n, Distrito de São João
Capela Mortuária Distrito Sede Alvorada	Rua Alberto Mollmann, s/n, Distrito de Sede Alvorada

Os materiais fornecidos deverão ser novos, originais, de primeira qualidade, isentos de qualquer uso anterior, defeitos ou imperfeições, e atender integralmente às normas técnicas aplicáveis.

Caberá à CONTRATADA a responsabilidade integral pelo transporte, incluindo carregamento, descarregamento e entrega dos itens nos locais indicados pela ACESC, sem ônus adicional. Em caso de materiais provenientes de jazidas (areia, brita, pedrisco), todo o transporte também será de responsabilidade da contratada.

Cada entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal contendo, obrigatoriamente: marca, fabricante, modelo, lote e prazo de garantia dos materiais.

A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de comunicação ativo durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, garantindo atendimento rápido aos fiscais e gestores.



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

designados.

O fornecimento será realizado sob demanda, sem garantia de quantidades mínimas por pedido. A CONTRATADA não poderá recusar entregas de pequenas quantidades, devendo considerar essa característica na formação de sua proposta.

Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, não será exigida garantia contratual.

A CONTRATADA deverá atender às requisições emitidas pela área técnica requisitante, sendo considerados válidos todos os itens constantes na Tabela de Insumos SINAPI/PR não desonerada, independentemente de exemplificação no edital.

Na execução da Ata de Registro de Preços, o percentual de desconto ofertado será aplicado sobre a versão mais recente da Tabela SINAPI/PR, publicada oficialmente.

#### **DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

O licitante deverá apresentar um único percentual de desconto por GRUPO, aplicado sobre o valor total da categoria.

O desconto mínimo aceito será de 1% (um por cento), em atendimento aos princípios da economicidade e competitividade.

O desconto ofertado deverá ser aplicado integralmente a todos os itens do grupo, vedada qualquer exclusão, limitação ou diferenciação por produto.

Caso a mesma licitante seja vencedora de mais de um grupo, deverá replicar o maior percentual de desconto em todos os grupos vencidos.

Por tratar-se exclusivamente de aquisição de materiais, não se aplica BDI, pois não há composição de custos de serviços.

Os itens são classificados como bens comuns, conforme Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, desde que mantida a vantajosidade.

A CONTRATADA deverá observar normas ambientais, adotar práticas de sustentabilidade e garantir a destinação adequada de embalagens e resíduos, conforme legislação vigente e princípios da logística reversa.

Todo material deverá atender às normas técnicas aplicáveis, como ABNT, INMETRO (quando exigível) e padrões usualmente praticados no mercado.

#### **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

Para definição da estimativa de quantidades e valores a serem registrados por GRUPO de materiais, foi realizado estudo detalhado com base no consumo histórico da ACESC e na análise dos últimos processos licitatórios e contratações diretas vinculadas a itens correlatos da Tabela SINAPI/PR não desonerada.

Foram utilizados como referência os seguintes processos administrativos:

Estudo Técnico Preliminar – Pregão Eletrônico – Modelo elaborado pela Consultoria Jurídica.  
Atualização: 01/04/2024

Página 5 | 14



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

• **Pregão Eletrônico nº 02/2024 – Materiais de Construção em Geral**

• **Dispensa de Licitação nº 03/2025 e Dispensa de Licitação nº 01/2024 – Aquisição de Esquadrias de Alumínio;**

A análise comparativa desses processos permitiu identificar o padrão de consumo, volumes mínimos necessários para operação e valores historicamente praticados para insumos da construção civil, materiais hidráulicos, elétricos, ferramentas, esquadrias, todos compatíveis com itens listados na Tabela SINAPI/PR.

Adicionalmente, a projeção levou em consideração intervenções de manutenção e pequenas reformas planejadas para as quatro capelas mortuárias centrais, que deverão passar por melhorias estruturais essenciais, incluindo:

- serviços de pintura;
- reparos e substituição de forros;
- troca de janelas e portas;
- pequenos ajustes de alvenaria e acabamento;
- substituição de componentes desgastados.

Tais reformas representam uma parcela significativa da futura demanda estimada, pois contemplam recuperação física dos espaços que, por sua natureza institucional e fluxo diário de atendimento, devem ser mantidos em condições adequadas de conservação e segurança.

Além das reformas, foram consideradas as necessidades contínuas e eventuais decorrentes das atividades fim da ACESC, abrangendo:

- serviços funerários e cemiteriais realizados rotineiramente;
- consumo de massa pronta para montagem das gavetas mortuárias;
- reposições decorrentes de desgaste natural;
- manutenções emergenciais em estruturas prediais e áreas operacionais;
- suprimentos para execução de atividades não previstas, porém inerentes à rotina institucional.

Com base nesse levantamento, elaborou-se estimativa de valores a serem registrados por GRUPO, considerando consumo projetado para 12 (doze) meses, oscilações de mercado, variação típica da construção civil e a necessidade de manter margem para atender imprevistos operacionais. Assim, a estimativa abaixo apresentada, visa assegurar fornecimento suficiente e adequado durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços:

Item	Descrição do Objeto	Unid	Qtde. Solic.	Vlr. Total Estimado
<b>GRUPO 01 – MATERIAIS DE ALVENARIA</b>				
01	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - MATERIAIS DE ALVENARIA:</b> Registra o valor de aditivos impermeabilizantes, massa pronta, cimento, blocos, tijolos, areia, brita, argamassa, dutos, corrugados, cal e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	1	R\$ 350.000,00

Estudo Técnico Preliminar – Pregão Eletrônico – Modelo elaborado pela Consultoria Jurídica.  
Atualização: 01/04/2024

Página 61/141



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

GRUPO 02 – MATERIAIS ELÉTRICOS				
02	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - ELÉTRICO:</b> Registra o valor de barras de conduíte, buchas para fixação, bocais, cabos flexíveis, cabos PP, caixas de tomada, calhas, chuveiros, chaves de ligação, djuntors bipolar e tripolar, djuntors, fitas isolantes, interruptores, lâmpadas, plafon, plug, quadro de distribuição, soquete, spot, tomada, conectores, reatores, torneira elétrica e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	1	R\$ 100.000,00
GRUPO 03 – MATERIAL PARA PINTURA				
03	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - PINTURA:</b> Registra o valor de tintas, massas, impermeabilizantes, solventes, removedores e fundos, seladores, vernizes, silicones, adesivos e colas, pincéis, rolos e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA)	UND	1	R\$ 200.000,00
GRUPO 04 - ESQUADRIAS, VIDROS E PORTAS				
04	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - ESQUADRIAS, VIDROS E PORTAS:</b> Registra o valor de vidros temperado, acrílicos, porta externa/interna, caixas para porta, janelas e portas de madeira, janelas e portas de alumínio, e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA)	UND	1	R\$ 100.000,00
GRUPO 05 – ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO				
05	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - ACABAMENTO INTERNO E EXTERNO:</b> Registra o valor de argamassas, azulejos, cantoneiras moldura para forro PVC, pisos cerâmicos, porcelanatos, mármore, parquet, divisórias, granito, rodapé, rejunite, separados, porta externa/interna, forro em PVC afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	1	R\$ 50.000,00
GRUPO 06 – MATERIAL ESTRUTURAL				
06	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - ESTRUTURAL:</b> Registra o valor de arames, cantoneiras, colunas de aço, colunas treliças, vergalhão, grampos, hastes, telas alambreadas, telas malhas, telas soldadas aço CA -25, aço CA-50, barras de ferro retangular, perfil laminado, rufos tubo de aço, vigas U, tubos redondos e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	1	R\$ 30.000,00
GRUPO 07 – MADEIRAS				
07	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - MADEIRAS:</b> Registra o valor de assoalhos, barrotes, caibros, palanques, tábuas, terças, pranchas, toras, varas, estacas, chapas compensado e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA)	UND	1	R\$ 50.000,00
GRUPO 08 – MATERIAIS PARA COBERTURAS				
08	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - COBERTURA:</b> Registra o valor de cumeeiras, telhas de variados tipos e modelos e afins; (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	1	R\$ 40.000,00

Estudo Técnico Preliminar – Pregão Eletrônico – Modelo elaborado pela Consultoria Jurídica.  
Atualização: 01/04/2024

Página 7 | 14



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

GRUPO 09 – MATERIAIS HIDRÁULICOS E HIDROSANITÁRIOS				
09	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL - HIDRÁULICO E HIDROSSANITÁRIO:</b> Registra o valor de tubos e conexões, aparelhos e metais, caixas e ralos, registros e válvulas, louças, torneiras, chuveiros, vasos sanitários e reservatórios, e demais acessórios, complementos e afins. (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	1	R\$ 30.000,00
GRUPO 10 – FERRAGENS E FERRAMENTAS				
10	<b>MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO GERAL – FERRAGENS/FERRAMENTAS:</b> Registra o valor de dobradiças, fechaduras, trancas, pregos, parafusos, suporte, ganchos, e demais acessórios complementos, martelo demolidor, jogo serra copo, trena, nível de alumínio, alicate profissional, alicate de crimpar, riscador de formica, desempenadeira de madeira, cortadeira de piso de concreto, lixadeira elétrica, chumbador, régua de alumínio para pedreiro, disco de corte, lápis de carpinteiro, trincha, carrinho de mão e afins. (Baseado na Tabela SINAPI DE INSUMOS-PARANÁ, NÃO DESONERADA).	UND	1	R\$ 60.000,00

**Vale salientar que o detalhamento dos itens de cada grupo acima é meramente exemplificativo, ou seja, a contratação não ficará restrita apenas aos itens dispostos no quadro acima. Nesse sentido, serão abarcados todos os produtos que estiverem elencados na referida Planilha de insumos (SINAPI/PR) atualizada.**

## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para subsidiar a presente contratação, foi realizado um levantamento de mercado voltado à identificação da capacidade dos fornecedores locais e regionais em atender às demandas de materiais de construção da ACESC, especialmente aqueles compatíveis com a Tabela SINAPI/PR não desonerada. O estudo avaliou a disponibilidade de insumos, a prática comercial predominante, a competitividade do segmento e a viabilidade da adoção do critério de julgamento por maior percentual de desconto por grupo.

Inicialmente, consultou-se o mercado regional composto por empresas que comercializam materiais de alvenaria, hidráulicos, elétricos, estruturais, materiais de cobertura, pintura, esquadrias de alumínio, ferragens, ferramentas e demais insumos amplamente utilizados em serviços de manutenção predial e intervenções operacionais. As empresas consultadas demonstraram possuir capacidade de entrega parcelada e sob demanda, inclusive em quantidades reduzidas, característica fundamental para o adequado funcionamento das atividades da ACESC, que não opera com estoque elevado e necessita de reposições constantes conforme solicitações de campo.

O levantamento considerou também o histórico recente de consumo da Autarquia, analisando três processos que refletem o comportamento real das necessidades institucionais: o Pregão Eletrônico nº 02/2024 (materiais de construção em geral), a Dispensa de Licitação nº 03/2025 (materiais correlatos da construção civil) e a Dispensa nº 01/2024 (aquisição de



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

esquadrias de alumínio). Esses processos evidenciaram padrão de utilização, tipos de insumos mais demandados e valores que serviram como referência para estimativa de consumo anual.

Além do consumo histórico, foi considerado o planejamento das pequenas reformas previstas para as quatro capelas mortuárias centrais, que demandarão materiais para reparos estruturais, pintura, troca de forro, substituição de portas e janelas, ajustes de alvenaria e demais acabamentos. Tais intervenções representam aumento temporário, porém significativo, no consumo de materiais de construção durante o período de vigência da futura ata. Soma-se a isso o consumo recorrente dos serviços funerários e cimiteriais executados pela ACESC, que fazem uso constante de insumos como massa pronta para montagem de gavetas mortuárias e pequenos reparos de manutenção.

Durante a análise de mercado, foram avaliados dois modelos possíveis de contratação: (a) a aquisição de materiais por meio de processos específicos conforme cada demanda e (b) a aquisição pelo modelo baseado na Tabela SINAPI com desconto por grupo. O primeiro modelo, embora operacionalmente simples em situações pontuais, apresentou fragilidades significativas: alto risco de itens fracassados devido à volatilidade de preços, necessidade de múltiplos processos ao longo do ano, demora no atendimento às demandas emergenciais e dificuldade de prever quantitativos diante da grande variedade de itens necessários nas rotinas de manutenção. Já o modelo baseado na Tabela SINAPI demonstrou-se mais aderente ao comportamento de mercado, pois os fornecedores não precisam manter preço fixo por 12 meses, mas apenas um percentual de desconto sobre valores atualizados mensalmente pela própria tabela. Isso aumenta a competitividade, reduz cancelamentos de ata, assegura maior estabilidade e amplia a variedade de itens passíveis de aquisição, contemplando toda a gama de insumos previstos na Tabela SINAPI/PR.

As consultas realizadas confirmaram que o mercado possui capacidade técnica e logística para atender às necessidades da Autarquia, com disponibilidade imediata da maior parte dos insumos e prazos compatíveis com o modelo de entrega parcelada exigido. Os fornecedores demonstraram familiaridade com o uso da Tabela SINAPI e plena viabilidade comercial para operar com o critério de maior percentual de desconto por grupo, modelo já utilizado com êxito por diversos entes públicos.

Dessa forma, o levantamento de mercado evidencia que a adoção da Tabela SINAPI/PR não desonerada é a alternativa mais eficiente, econômica e alinhada às necessidades da ACESC, garantindo ampla cobertura das demandas de manutenção predial, reformas previstas e serviços operacionais, com maior previsibilidade, agilidade e aderência ao mercado fornecedor local e regional.

## 7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do preço da presente contratação foi elaborada com base no histórico de aquisições anteriores realizadas pela ACESC envolvendo materiais pertencentes ao mesmo segmento de “materiais de construção”, todos compatíveis com os insumos listados na Tabela SINAPI/PR não desonerada. Os processos utilizados como referência refletem o comportamento de consumo da Autarquia, permitindo identificar padrões de utilização, oscilações de mercado e



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

valores usualmente praticados para insumos de alvenaria, hidráulica, elétrica, pintura, ferragens, esquadrias, materiais estruturais e afins.

Foram considerados os quantitativos e valores registrados em procedimentos recentes, tais como o Pregão Eletrônico nº 02/2024, Dispensa nº 03/2025 e Dispensa nº 01/2024, que demonstram a demanda recorrente da Autarquia por materiais de construção para atendimento de suas unidades operacionais, serviços funerários e cemiteriais, e manutenções rotineiras em sua infraestrutura física.

Além do consumo histórico, a estimativa também contemplou as reformas já planejadas para as quatro capelas mortuárias centrais, e demais capelas descentralizadas, cujo escopo inclui reparos estruturais, pintura, substituição de janelas e portas, troca de forro, correções em alvenaria e pequenos serviços complementares. Tais intervenções, uma vez iniciadas após a conclusão deste processo licitatório, demandarão volume significativo de insumos previstos na Tabela SINAPI, contribuindo para a necessidade de dimensionamento mais abrangente da estimativa de valores.

Considerou-se ainda que a contratação se dará em forma de Sistema de Registro de Preços e que, devido à grande variedade de materiais utilizados pela ACESC e à imprevisibilidade das demandas operacionais, é necessário registrar valor suficiente para atender tanto às necessidades ordinárias quanto às eventuais ou emergenciais. Assim, o montante estimado para cada grupo foi calculado com base no somatório das aquisições históricas somado à previsão de consumo decorrente das reformas programadas, observando sempre o comportamento de mercado e a atualização mensal da Tabela SINAPI.

Dessa forma, a estimativa dos preços para a futura contratação reflete um valor tecnicamente fundamentado, alinhado ao consumo real, às demandas futuras, ao cenário de mercado e ao escopo operacional da Autarquia. O método adotado assegura transparência, precisão e adequação orçamentária, atendendo às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e garantindo que o processo licitatório seja conduzido com segurança técnica e economicidade.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de materiais de construção por meio de Sistema de Registro de Preços, utilizando como base a Tabela SINAPI/PR não desonerada e o critério de julgamento de maior percentual de desconto por grupo, a fim de garantir abastecimento contínuo, flexível e economicamente vantajoso dos insumos necessários às atividades operacionais, prediais e estratégicas da ACESC.

A adoção deste modelo permite que a Autarquia realize aquisições conforme a demanda real, sem a necessidade de manter estoques elevados e sem comprometer a eficiência operacional dos serviços prestados, especialmente aqueles relacionados às atividades funerárias, cemiteriais e às unidades administrativas. Como a Tabela SINAPI é atualizada mensalmente, o desconto ofertado pela licitante vencedora incidirá sobre valores que refletem o custo real e contemporâneo do mercado da construção civil, reduzindo riscos de desabastecimento, de preços defasados ou de desistência por parte de fornecedores.

Estudo Técnico Preliminar – Pregão Eletrônico – Modelo elaborado pela Consultoria Jurídica.  
Atualização: 01/04/2024

Página 10 | 14



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

A solução contempla todos os materiais listados na SINAPI, organizados em grupos conforme suas categorias técnicas (alvenaria, hidráulica, elétrica, pintura, estrutura, esquadrias, ferramentas, entre outras), garantindo ampla cobertura das necessidades institucionais. Essa abrangência é especialmente importante devido à diversidade de materiais utilizados pela ACESC em seus serviços rotineiros, bem como nas intervenções preventivas e corretivas em suas unidades físicas.

O modelo proposto também assegura que as futuras reformas nas capelas mortuárias centrais possam ser executadas tão logo se conclua este processo licitatório, uma vez que tais estruturas necessitam de reparos imediatos, incluindo substituição de forros, portas e janelas, revitalização de pintura, ajustes de alvenaria e melhorias de acabamento. A contratação via SINAPI proporcionará acesso a todos os insumos necessários para essas obras, sem restrições de itens ou necessidade de novos processos licitatórios.

Além disso, o fornecimento por registro de preços possibilita entregas parceladas, conforme necessidade, sem obrigatoriedade de aquisição mínima, característica alinhada ao funcionamento da Autarquia, que depende de suprimentos constantes e de volumes variáveis. A contratada será responsável pelo transporte e entrega integral dos insumos nos endereços indicados, garantindo agilidade no atendimento às demandas administrativas e operacionais.

A solução como um todo fortalece a previsibilidade, a economicidade e a eficiência do gasto público, oferecendo à ACESC um instrumento robusto para manutenção de sua infraestrutura, para execução de reformas programadas e para o atendimento adequado das necessidades dos serviços funerários e cimiteriais, assegurando continuidade, qualidade e segurança aos usuários.

#### 9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A análise técnica da necessidade demonstrou que os materiais a serem adquiridos abrangem diferentes categorias da construção civil, sendo alvenaria, elétrica, hidráulica, pintura, estrutura, cobertura, esquadrias, ferragens e ferramentas, todos contemplados na Tabela SINAPI/PR não desonerada. Embora os itens pertençam ao mesmo segmento macro de “materiais de construção”, sua natureza, finalidade e características operacionais são distintas, o que torna inviável o tratamento como um objeto único e indivisível. Diante desse cenário, optou-se pelo parcelamento da solução em GRUPOS de materiais, conforme a lógica já estabelecida na própria composição técnica da SINAPI.

O parcelamento por grupos favorece a ampliação da competitividade, pois permite que empresas especializadas disputem somente os grupos para os quais possuem capacidade técnica e comercial, evitando restringir a participação a fornecedores de grande porte. Essa abordagem maximiza a chance de lances mais vantajosos, respeitando os princípios da economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021. Além disso, reduz o risco de fracasso ou deserta em grupos muito específicos, garantindo maior segurança jurídica e confiabilidade na execução futura da Ata de Registro de Preços.

A divisão por grupos também reflete a forma pela qual o mercado comercializa e organiza os materiais, segmentando-os por especialidade (ex.: elétricos, hidráulicos, estruturais,



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

pintura etc.). Esse padrão já é adotado amplamente no setor e em contratações públicas de outros entes, o que demonstra aderência e maturidade do modelo.

Embora haja autonomia de compra por grupo, a solução permanece integrada pelo fato de todos os insumos utilizarem a mesma base de precificação (SINAPI/PR não desonerada) e o mesmo critério de julgamento (maior desconto por grupo), garantindo uniformidade na aplicação dos preços e simplificando a gestão da futura Ata. Além disso, o parcelamento não inviabiliza o conjunto da contratação, pois todos os grupos estão vinculados ao mesmo processo licitatório, mantendo integridade e coerência entre planejamento, estimativa e execução.

Assim, o parcelamento da solução em grupos é tecnicamente adequado, juridicamente fundamentado e operacionalmente mais eficiente, permitindo à ACESC atender suas necessidades de forma ampla, flexível e vantajosa, especialmente diante das demandas contínuas de manutenção predial, das reformas previstas nas capelas mortuárias centrais e das atividades funerárias e cemiteriais desempenhadas de forma ininterrupta pela Autarquia.

#### 10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de materiais de construção com referência na Tabela SINAPI/PR não desonerada busca assegurar o atendimento integral e contínuo das necessidades operacionais, estruturais e estratégicas da ACESC durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços. Entre os principais resultados esperados está a manutenção da regularidade dos serviços funerários e cemiteriais, garantindo disponibilidade imediata dos insumos utilizados na rotina, como materiais para assentamento, massa pronta e componentes necessários para montagem e manutenção das gavetas mortuárias.

Outro resultado pretendido é viabilizar a execução das reformas programadas nas quatro capelas mortuárias centrais, e demais capelas descentralizadas, que exigirão insumos variados de alvenaria, hidráulica, elétrica, esquadrias, revestimentos e pintura. A contratação deve garantir fornecimento suficiente, padronizado e tecnicamente adequado para que essas intervenções possam ocorrer sem interrupções, atrasos ou necessidade de novos processos licitatórios.

O modelo baseado na Tabela SINAPI permite como resultado a ampliação da economicidade, visto que o desconto ofertado será aplicado sobre valores atualizados mensalmente, refletindo o preço real de mercado. Isso reduz riscos de sobrepreço, garante competitividade, evita pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e proporciona maior segurança contratual.

Espera-se também maior eficiência administrativa, uma vez que a solução elimina a necessidade de múltiplos processos licitatórios ao longo do ano, reduz o retrabalho, otimiza a gestão de compras e assegura maior previsibilidade no atendimento das demandas internas. A solução deve igualmente ampliar a capacidade de resposta diante de situações emergenciais, permitindo que a Autarquia obtenha rapidamente os insumos necessários para manutenções imprevistas ou correções urgentes em suas estruturas físicas.

Por fim, o resultado global pretendido é a obtenção de uma contratação abrangente, tecnicamente consistente, economicamente vantajosa e alinhada às diretrizes da Lei nº



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

14.133/2021, garantindo que a ACESC mantenha suas instalações, atividades e serviços essenciais funcionando com qualidade, continuidade e segurança.

### 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não existem contratações correlatas em vigor capazes de atender à presente demanda. Ressalta-se, entretanto, que a ACESC possui o Pregão Eletrônico nº 02/2024 – Materiais de Construção em Geral, anteriormente citado neste Estudo Técnico Preliminar. Todavia, a referida ata encontra-se sem saldo disponível para aquisição de diversos itens essenciais, impossibilitando o atendimento das necessidades atuais da Autarquia. Além disso, sua vigência se encerrará em julho de 2026, o que reforça a necessidade de novo procedimento licitatório para garantir a continuidade do fornecimento de materiais de construção.

Diante desse cenário, verifica-se que não há contrato ativo que possa suprir a demanda, sendo indispensável a realização da presente contratação.

### 12. SUSTENTABILIDADE/IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de materiais de construção pode gerar alguns impactos ambientais ao longo de seu ciclo de uso, especialmente durante o transporte, armazenamento, consumo e descarte dos materiais. De forma geral, os principais impactos são a geração de resíduos sólidos (embalagens, sobras de materiais), emissões atmosféricas oriundas do transporte, risco de descarte inadequado de insumos e produção de resíduos provenientes de pequenas reformas e manutenções.

Para mitigar esses impactos, serão adotadas boas práticas de gestão ambiental, como a separação e destinação correta de resíduos, priorização de materiais certificados por normas técnicas, armazenamento adequado de produtos químicos, redução de desperdícios por meio de uso eficiente dos materiais e adoção de logística reversa quando aplicável. O transporte deverá ser realizado com planejamento para reduzir deslocamentos e emissões, além de ocorrer com veículos em boas condições.

Também será observada a legislação ambiental vigente, especialmente no que diz respeito ao descarte correto de embalagens, resíduos da construção civil e produtos potencialmente poluentes. As equipes operacionais devem seguir procedimentos seguros, utilizar EPIs adequados e garantir a contenção de poeira e resíduos durante reformas.

Com essas medidas, a contratação se mantém ambientalmente adequada, com impactos reduzidos e alinhada aos princípios da sustentabilidade e da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

### 13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação é plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico. O



**ACESC – ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E  
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL**  
Setor de Compras

levantamento de mercado demonstrou que há fornecedores suficientes e aptos a atender à demanda da ACESC, disponibilizando os materiais constantes da Tabela SINAPI/PR não desonerada e operando com o modelo de fornecimento sob demanda, característica essencial ao Sistema de Registro de Preços.

Do ponto de vista técnico e operacional, a contratação se mostra necessária para garantir a continuidade das atividades da Autarquia, especialmente as manutenções rotineiras, atendimentos funerários e cemiteriais, além das reformas previstas nas capelas mortuárias centrais. A ausência de estoque próprio e a imprevisibilidade das demandas reforçam a necessidade de fornecimento contínuo, flexível e em pequenas quantidades.

Sob o aspecto econômico, o uso da Tabela SINAPI proporciona atualização mensal dos preços, garantindo aderência ao mercado e maior segurança contratual. O critério de maior desconto por grupo aumenta a competitividade e assegura economicidade ao longo da vigência da ata, reduzindo o risco de sobrepreço ou desequilíbrio financeiro.

Diante desses fatores, conclui-se que a contratação é viável, adequada e vantajosa, atendendo plenamente aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos previstos na Lei nº 14.133/2021.

O parcelamento por lotes amplia a competitividade e atende à realidade do mercado local, permitindo participação de MES e EPPs da Região Metropolitana de Cascavel, conforme legislação. A contratação também apresenta viabilidade econômica e operacional, pois assegura padronização dos materiais, cumprimento dos prazos e atendimento às demandas internas da autarquia.

Cascavel, 22 de abril de 2026.

**ELABORADO POR:**

  
**Luiz Gustavo Campes**  
Matrícula nº 26.556-0

**APROVADO POR:**

  
**Romulo Quintino**  
Superintendente da ACESC

**ANEXO IV – MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS**

ACESC - ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS DE CASCAVEL  
Departamento de Compras



MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - DESCONTO TABELA SINAPI												
Item	Ref.	Descrição do Objeto	Edital Prefeitura de Pato Branco/PR Pregão Eletrônico nº 19/2024	Edital Prefeitura de Cascavel/PR Pregão Eletrônico nº 28/2025	Edital TRANSITAR, Cascavel/PR Pregão Eletrônico nº 32/2025	EMPRESA 5	EMPRESA 6	EMPRESA 6	EMPRESA 7	Média aritmética das pesquisas válidas - R\$	Mediana das pesquisas válidas - R\$	Menor valor das pesquisas válidas - R\$
1		Taxa de percentual mínimo de desconto aplicada ao processo de Aquisição de Materiais/Insumos por meio da tabela SINAPI	1,00%	1,00%	1,00%	N/C	N/C	N/C	N/C	1,00%	1,00%	1,00%
<p>Quando se compara percentuais mínimos de desconto utilizados em outros editais de compras públicas, percebe-se a ampla adoção de 1%. Nesse sentido, a escolha do parâmetro estatístico mostra-se irrelevante - os três resultados apontam para 1%; dessa forma, será este (1%) o percentual mínimo de desconto utilizado no processo em questão.</p> <p>Ademais, ressalta-se, conforme disposto no item 1.6.1. do Termo de Referência, que o percentual pesquisado será aplicado sobre os valores constantes na tabela SINAPI-PR no momento da emissão da Ordem de Compra.</p> <p>Justificativa para a escolha da metodologia e desconsideração de valores, quando aplicável:</p> <p>Por fim, observa-se que a utilização de contratações realizadas em 2024 em nada prejudica o levantamento em questão, pois os valores correspondem a taxas percentuais, e não aos preços propriamente ditos - não estando sujeitos a variações em decorrência de inflação e outros fatores. Ainda nesse sentido, a própria tabela SINAPI atualiza seus valores periodicamente</p>												

Cascavel, 22 de abril de 2026.

*Luiz Gustavo Campos*  
LUIZ GUSTAVO CAMPOS  
Departamento de Compras - ACESS

## ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA

<b>Pregão:</b>	...../20.....
<b>Objeto:</b>	

<b>IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE</b>	
<b>Razão social:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço completo:</b>	
<b>CEP:</b>	
<b>Telefone:</b>	
<b>E-mail:</b>	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			%		
			%		
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R\$ ..... (.....)					

\*QTDE = Quantidade

<b>IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO</b>	
<b>Nome Completo (sem abreviatura):</b>	
<b>CPF:</b>	
<b>Identidade/Órgão Expedidor:</b>	
<b>Cargo/Função:</b>	
<b>Endereço Completo:</b>	
<b>Cidade/UF:</b>	
<b>CEP:</b>	

Prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias, contados da data limite estipulada para a apresentação.

Demais condições:

a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;

b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;

c) A proposta deve ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

\_\_\_\_\_  
Identificação e Assinatura do Representante

Legal da Empresa Proponente

## ANEXO VI – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO OU DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ...../20.....

A **ACESC – Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 80.880.883/0001-00, com sede na Rua do Rosário, nº 218, Ciro Nardi, Cascavel, Estado do Paraná, CEP 85.802-005, neste ato representada por seu Superintendente Sr. **ROMULO QUINTINO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxx, RG n.º xxxxxx SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação para registro de preços na modalidade Pregão, na forma eletrônica, de n.º ...../20....., processo administrativo n.º ...../2026, RESOLVE registrar os preços dos itens descritos abaixo, oferecidos pela empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º ....., sediada à ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade/UF ....., CEP ....., neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., de nacionalidade ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ....., inscrito(a) no CPF sob o n.º ....., residente à ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade-UF ....., CEP ....., de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo às condições previstas no Edital da licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto **Formação de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, para Aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos/sanitários, vidros/esquadrias, acessórios, madeiras e correlatos, materiais de pintura, estrutural e ferramentas em geral por meio da Tabela SINAPI-PR na sua forma não desonerada em atendimento às demandas da ACESSC**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo ao Edital da licitação, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1					
2					
Valor total da Ata de Registro de Preços				R\$	

2.2 Esta Ata de Registro de Preços vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora do certame, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.5 A Ata de Registro de Preços será divulgada no PNCP e ficará disponibilizada durante sua vigência.

3.6 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.7 A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital.

3.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**CLÁUSULA QUARTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

#### **CLÁUSULA SEXTA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.16.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.3.1 Por razão de interesse público;

6.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO GERENCIAMENTO DA ATA**

8.1 O gerenciamento desta Ata de Registro de Preços caberá à ACESC – Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel.

8.2 Fica estabelecido como Gestor desta Ata de Registro de Preços o(a) Sr.(ª) ....., matrícula funcional n.º ....., lotado(a) no(a) .....

8.3 Fica estabelecido como Gestor Suplente o(a) Sr.(ª) ....., matrícula funcional n.º ....., lotado(a) no(a) .....

8.4 Fica estabelecido como Fiscal de Contrato o(a) Sr.(ª) ....., matrícula funcional n.º ....., lotado(a) no(a) .....

8.5 Fica estabelecido como Fiscal de Contrato Suplente o(a) Sr.(ª) ....., matrícula funcional n.º ....., lotado(a) no(a) .....

#### **CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS**

9.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS**

10.1 Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO**

11.1 É eleito o Foro da Comarca de Cascavel para dirimir os litígios que decorrerem da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, p

11.2 or mais privilegiado que seja ou se torne.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e por duas testemunhas.

Cascavel-PR, ..... de ..... de 20.....

**ACESC – Administração dos Cemitérios e  
Serviços Funerários de Cascavel**

Romulo Quintino  
Superintendente

**DETENTORA**

Testemunha 1:

Testemunha 2: